**A APLICAÇÃO DO DANO MORAL NAS AÇÕES DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA**
**Subtítulo: Um Estudo sobre o Reconhecimento e a Reparação dos Danos Sofridos
pelas Vítimas no Contexto Familiar**

Gabriel Valentin Ferreira Brandão Junior¹,
Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, Direito, gabrielvfbj@gmail.com.

RESUMO: Este artigo aborda a violência doméstica contra a mulher e a aplicação do dano moral como forma de reparação prevista na legislação brasileira, com foco na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A pesquisa analisa algumas formas de violência praticadas dentro do ambiente familiar, como a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, ressaltando os impactos sobre as vítimas e seus dependentes. A partir de uma revisão bibliográfica, o estudo investiga como o dano moral tem sido utilizado para reconhecer o sofrimento das vítimas e promover sua dignidade e equilíbrio emocional. Conclui-se que a indenização por dano moral é um importante instrumento para combater a violência doméstica, mas que sua eficácia depende do fortalecimento das políticas públicas e da atuação consistente do Judiciário.

Palavras-Chave: Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Dano moral. Justiça social. Direitos das mulheres.

INTRODUÇÃO

Mesmo diante um mundo globalizado onde os meios tecnológicos e de informação tem se destacado de maneira considerável dentro dos mais variados setores, a sociedade, infelizmente, ainda convive com situações constrangedoras que se arrastam ao longo dos anos. Destacando-se, dentre tais, a violência contra a mulher acometida em grande parte nos seus lares, fruto de uma sociedade formada por pessoas egocêntricas e que só pensam no seu próprio bem-estar. Fazendo com que este tipo de violência passe a ser caracterizada como uma ação corriqueira de se acontecer dentro, principalmente, dos recintos familiares, atingindo assim centenas de milhares de cidadãos, seja qual for a sua classe social. Sendo que, muitas das vezes, são acometidas de forma silenciosa e dissimulada. Tratando-se desta forma de um ato que se perdura ao longo dos anos, não escolhendo raça, credo ou religião, presente em todas as sociedades independentemente de serem desenvolvidas ou não.

Salientando, diante disso, que no Brasil, a Lei de número 11.340 datada no ano de 2006 e conhecida como Lei Maria da Penha veio a trazer consigo avanços no combate a essa violência, criando mecanismos de proteção e punição dos agressores. No entanto, além das consequências físicas e psicológicas, a violência doméstica também acarreta

¹ Gabriel Valentin Ferreira Brandão Junior.

danos morais profundos às vítimas, configurando uma violação à dignidade, à honra e à integridade emocional. Resultando, esse dano moral, amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência, pela humilhação, vergonha e sofrimento experimentados pelas vítimas, muitas vezes se configurando por uma situação de abuso contínuo.

Destaca-se, com isso, que o dano moral decorrente de violência doméstica não se limita apenas ao sofrimento íntimo da vítima, passando a envolver uma série de repercussões sociais e jurídicas que demandam uma resposta eficaz do sistema de justiça. Fazendo com que a indenização por dano moral surja, então, como uma forma de reparação pelos traumas e ofensas morais sofridas, buscando restaurar, ao menos em parte, a dignidade da vítima.

Partindo deste contexto, o presente trabalho vem a tratar do dano moral decorrente da violência doméstica. Apresentando como base de sustentação para a sua confecção o seguinte questionamento: Como a legislação brasileira tem tratado a aplicação do dano moral em favor das vítimas de violência doméstica?

Nessa senda, o objetivo principal deste trabalho será o de analisar a aplicação do dano moral nos casos de violência doméstica. Assim a escolha do referido tema se justifica em razão do dano moral, no caso específico da violência doméstica, ser reconhecido pela gravidade das agressões que comprometem a dignidade, a integridade física, psicológica, e a própria liberdade da pessoa agredida, tornando a reparação desse dano uma ação fundamental para restabelecer, ao menos parcialmente, o equilíbrio emocional e a autoestima da vítima.

Assim, para que se possa atingir os objetivos almejados e, bem como, atender ao questionamento imposto, a metodologia a ser empregada para o desenvolvimento deste estudo está baseada na revisão bibliográfica em virtude de ter a capacidade de proporcionar, de forma mais qualificada, a compreensão das pesquisas existentes e, também, de obter conclusões mais nítidas acerca do tema proposto.

DESENVOLVIMENTO

2 DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER, DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E DO DEVER DE REPARAR A VÍTIMA NESTES CASOS

A violência exercida pelo consorte é largamente afirmada como sendo, de acordo com Deeke *et. al.*, (2009), o método mais costumeiro de agressão em face das mulheres, pela qual as mesmas convivem diariamente com ameaças de serem agredidas tanto fisicamente como sexualmente, por aqueles com quem elas mantêm um íntimo relacionamento, seja homem ou mulher, uma vez que também podem ocorrer em relações homoafetivas.

Assim, o artigo 7º da Lei de n.º 11.340/2006 destaca as formas da violência doméstica:

Art. 7º - São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Também o artigo 5º da Lei de número 11.340/06, estabelece o âmbito da violência:

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (Brasil, 2006).

Percebe-se assim que, diante o preceito normativo mencionado acima, conhecida como a Lei Maria da Penha, a violência familiar será caracterizada mediante conduta praticada por companheiro(a) ou ex-companheiro(a) que tenha vivido uma relação íntima com a vítima.

Sendo assim, Cunha (2018) vem a dispor que:

A lei é clara ao assegurar a proteção da vítima ainda que não coabite, isto é, viva sob o mesmo teto do seu agressor. Nesse sentido, aliás, o teor da Súmula n.º 600 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: “Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, não se exige a coabitação entre autor e vítima” (Cunha, 2018, p. 67).

Enfatiza-se com isso, segundo Porto (2018), para a caracterização da violência familiar não é necessário que haja a constituição de matrimônio e nem mesmo de união estável, compreendendo assim, os relacionamentos já findados, como também simples relações amorosas.

Entretanto, a maioria dos casos de violência familiar acometidos contra as mulheres não são denunciados pelas mesmas, em virtude de se sentirem envergonhadas por estarem passando por tal situação, conforme dispõe Costa (2016) com seu belíssimo ponto de vista, clarificando que:

Rotineiramente as vítimas de violência doméstica por acreditarem que o companheiro pode mudar, por ter esperanças de manter o relacionamento mesmo que a custos de seu sofrimento, ou até mesmo por algum tipo de dependência, deixam de denunciar a violência sofrida, minimizando o seu problema e assim continuam em um relacionamento violento que progride até chegar em ameaças de morte e tentativas de homicídio, tendo um ciclo perverso (Costa, 2016, p. 5).

Ficando nítido que as violências cometidas contra as mulheres dentro dos recintos familiares são exercidas por indivíduos que possuem, de certa forma, vínculo jurídico de natureza parental, estabelecido conjugalmente, em virtude de parentesco ou mediante vontade própria. Com isso, Bianchini (2018) relata que para que a Lei Maria da Penha seja aplicada nos casos em que ocorra violência familiar torna-se necessário que a vítima pertença ao meio familiar, e que tenha convivência com os demais membros desta família. Não necessitando, contudo, elo natural, mas por empatia ou vontade exteriorizada.

Seguindo ainda os ensinamentos do autor supracitado acima, o mesmo relata ainda que:

A Lei Maria da Penha exige, portanto, ligação entre a mulher ofendida e o agressor, razão pela qual se a mulher agredida não pertencer à unidade doméstica (p. ex., representante comercial agredida enquanto fornecia um produto à família) não há que se falar em aplicação da Lei Maria da Penha. Da mesma forma, se a esposa ou companheira for agredida na rua ou em um estabelecimento comercial, por exemplo, haverá incidência da Lei Maria da Penha em razão da ligação entre o agressor e a mulher vítima (Bianchini, 2018, p. 38).

Mirabete (2019) explana ainda que:

Nos termos da Lei n.º 11.340, de 7-8-2006, configura violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer forma de violência, por ação ou omissão, baseada no gênero e praticada no âmbito familiar, do convívio doméstico ou de relação íntima de afeto, atual ou pretérita, ainda que ausente a coabitação, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (art. 5º e 7º) (Mirabete, 2019, p. 90).

No que tange às agressões físicas, Cunha (2018) explana que as mesmas estão tipificadas no Código Penal, por meio dos seus artigos 121-A e 129, bem como do Decreto Lei 3.688/41, em seu artigo 21, parágrafo 2º, pelas quais podendo ser qualificadas como crimes de lesão corporal, vias de fato e até mesmo de feminicídio.

A violência acometida em face das mulheres é um fato bastante preocupante, principalmente no que tange o Brasil, se destacando ainda mais no momento pelo qual vivenciamos a partir de 2020 diante de uma pandemia que fez com que as pessoas fossem obrigadas a ficarem em suas residências na tentativa de conter o alastramento do vírus.

Diante todo o exposto até aqui mencionado, percebe-se que inúmeras foram as conquistas obtidas pelas mulheres em relação aos meios normativos como forma de minimizar tais agressões sofridas pelas mesmas. Entretanto, a prática desta violência continua a reinar dentro dos recintos familiares, tornando-se cada vez mais perigosas e, muitas das vezes, ocasionando risco de morte para as suas vítimas. Assim sendo, medidas mais enérgicas devem ser tomadas, visando a total proteção das mulheres dentro dos seus lares.

2.1 As consequências ocasionadas pela violência familiar, doméstica e psicológica dentro dos lares brasileiros

A família tem papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, sendo ela incumbida de propiciar aos cidadãos as prerrogativas necessárias para o avanço comportamental aceito pelo meio social em que se vive. Portanto, o ambiente familiar é

caracterizado de suma importância para a evolução da criança e adolescente, visto que as formas relacionais praticadas nestes locais se constituem de extrema magnitude para a determinação comportamental anti ou pró-social destes indivíduos.

De acordo com Dias (2010), para cada espécie de violência existente há um agravamento, podendo ser fisicamente, como cognitivamente ou socialmente. Deixando ainda sequelas irreparáveis no sistema emocional e afetivo da vítima.

Nesse sentido, as violências cometidas em face das mulheres dentro dos seus recintos familiares, pode ocasionar sérias consequências, principalmente para os seus filhos. Diante o exposto, Demo (2002) explana que a desestruturação familiar:

[...] é geralmente apontada como fator importante na proliferação de crianças e adolescentes em situação de rua, com realce para a condição de marginalização socioeconômica. Isso pode levar ao aumento de gravidez precoce, à valorização de ambientes arriscados fora da família ou do ambiente familiar, à formação de gangues e fenômenos similares, ao baixo desempenho escolar, a distanciamentos geracionais ainda maiores (Demo, 2002, p. 199).

Seguindo ainda os ensinamentos do autor supracitado acima, o mesmo relata que:

[...] a família é o ambiente social onde o ser humano desenvolve os seus primeiros relacionamentos e é submetido às primeiras imposições de regras e limites, assim conflitos familiares interferem no comportamento dos membros da família com outras pessoas (Demo, 2002, p. 222).

Pode-se afirmar que a família constitui-se como a principal responsável pela constituição e formação dos preceitos morais dos indivíduos. Portanto, a desconstrução familiar em decorrência das violências cometidas no ambiente domiciliar acaba conduzindo as pessoas que ali vivem a comportamentos delituosos.

Vale ressaltar que, de acordo com o art. 277 da Constituição Federal de 1988, cabe à família:

Art. 277 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

A violência psicológica dentro do ambiente familiar, principalmente aquela cometida contra mulheres, possui consequências devastadoras para a saúde emocional e o bem-estar social da vítima e de seus filhos. O ambiente familiar, que deveria ser um

espaço de proteção, frequentemente se transforma em um local de sofrimento psicológico, onde a agressão não se manifesta fisicamente, mas se concretiza por meio de manipulação emocional, isolamento social e abuso psicológico contínuo.

De acordo com o artigo 7º, inciso II, da Lei nº 11.340/2006, a violência psicológica é caracterizada como qualquer conduta que cause dano emocional ou diminuição da autoestima da vítima, perturbando seu pleno desenvolvimento ou visando degradar e controlar suas ações, crenças e decisões. Assim, essas práticas podem incluir ameaças, humilhação, chantagem, vigilância constante e insultos, que muitas vezes são negligenciados tanto pela sociedade quanto pelas autoridades devido à dificuldade em se comprovar esse tipo de violência.

Os impactos da violência psicológica, embora invisíveis, são profundos. Mulheres que convivem com esse tipo de violência relatam altos níveis de depressão, ansiedade e perda de autoestima, conforme explica Moura (2023). O sofrimento se estende às crianças que crescem em ambientes onde a mãe é submetida a constantes agressões psicológicas, resultando em sérios prejuízos emocionais e comportamentais para elas. Como ressaltado por Demo (2002), a desestruturação familiar decorrente de ambientes violentos contribui para o aumento da marginalização socioeconômica, gravidez precoce e envolvimento com gangues ou comportamentos delituosos.

Além disso, a Justiça brasileira tem se deparado com sérios desafios na aplicação da Lei Maria da Penha em casos de violência psicológica. Um dos maiores obstáculos é a dificuldade em produzir provas concretas dessa forma de abuso, uma vez que não deixa marcas físicas visíveis. Apesar disso, jurisprudências recentes, como a decisão do STJ no AgRg no AREsp 1353090/MT (2019), têm reconhecido a importância do relato da vítima, considerando sua palavra como prova válida, quando coerente e harmônica com o conjunto probatório, possuindo especial relevância e podendo fundamentar medidas protetivas e condenações, mesmo em casos onde não há evidências físicas de agressão. Essa decisão reforça a proteção às vítimas de violência psicológica e doméstica.

Perícias psicológicas também podem ser fundamentais na avaliação do estado emocional da vítima, auxiliando a Justiça a identificar os danos psicológicos causados pelo agressor.

Portanto, a violência psicológica, embora silenciosa e muitas vezes ignorada, tem profundas consequências dentro dos lares brasileiros. A incapacidade de identificar e punir adequadamente esses abusos perpetua um ciclo de sofrimento para as vítimas e suas famílias. Assim, é imprescindível que haja maior conscientização sobre a seriedade desse

tipo de violência, bem como um esforço contínuo do Judiciário para garantir a proteção efetiva das vítimas, independentemente das dificuldades probatórias.

No que tange às mulheres, inúmeras são as marcas deixadas ao longo de sua vida em decorrência das violências familiares acometidas contra as mesmas.

As mulheres passam a apresentar um alto grau de irritabilidade, depressão e até mesmo tentativa de suicídio. Todo o seu estado emocional passa a ser afetado, onde o desânimo e a tristeza passam a fazer parte de sua vida.

Considerando o explanado acima, a Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021 tipificou como crime a violência psicológica contra a mulher, adicionando ao código penal o artigo 129, § 13, que assim dispõe:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

[...]

§ 13. Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos).

Diante todo o exposto, nota-se que a violência familiar consiste em uma prática totalmente covarde, pois a mesma é praticada dentro do ambiente familiar, onde deveria estar presente o carinho, amor e atenção, sendo considerada, desta forma, o porto seguro da família. Mas, infelizmente a violência familiar está presente na vida de muitas famílias brasileiras, ocasionando sequelas irreparáveis tanto para as vítimas como também para aqueles que presenciam tal ato, gerando, conseqüentemente, a desestruturação familiar.

2.2 Lei Maria da Penha e a efetividade das medidas protetivas de urgência

No dia 7 de agosto de 2006 foi instituída a Lei de número 11.340 que dispõe acerca da criação de:

[...] mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Brasil, 2006).

De acordo com Bianchini (2018) a instituição da Lei de n.º 11.340/06 significou um inquestionável desenvolvimento no meio normativo jurídico brasileiro, representando

uma devida resposta por parte do Estado aos tipos de violência, tanto doméstica como familiar, ocorridas em face das mulheres, desligando-se dos sistemas tradicionalistas que envolve o Direito, possibilitando, conseqüentemente, uma maior proteção e auxílio para as mulheres e seus dependentes em situações em que ocorra a violência, fortalecendo assim as medidas protetivas, combatendo-se com maior eficácia esta ação tão costumeira e que tanto causa dor e sofrimento nas famílias brasileiras.

Assim, salienta-se que, antes da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar cometida contra as mulheres era tratada tão somente como um crime de menor potencial ofensivo. Tornando a violência de gênero caracterizada como banal, fazendo com que as penas para tais atos fossem convertidas em pagamento de cestas básicas ou de trabalhos comunitários. Não havendo, até então, dispositivos legais voltados para a punição, de forma mais enérgica, ao autor de tal violência.

Nesse sentido percebe-se que a Lei 11.340/2006 veio com o intuito de combater de forma veemente a violência acometida contra as mulheres, sejam elas praticadas por parentes ou companheiros, como também aqueles desenvolvidos dentro dos seus recintos domiciliares por indivíduos que, não necessariamente, tenham algum tipo de vínculo com a vítima. Tornando-se assim uma Lei de suma importância no combate da violência contra as mulheres.

Com isso, salienta-se que a referida lei, por meio do seu artigo 8º e incisos, veio a estabelecer a criação de mecanismos que favoreçam a sua efetividade, sendo eles:

Art. 8º - A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I – a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III – o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV – a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V – a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI – a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objeto a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII – a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII – a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX – o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2006).

Vale salientar e acrescentar, diante toda esta contextualização, que a Lei Maria da Penha, por meio dos seus artigos 23 e 24 passaram a estabelecer medidas protetivas de urgência em favor da parte que veio a sofrer a agressão, ou seja, da mulher, estabelecendo que:

Art. 23 – Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I – encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II – determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV – determinar a separação de corpos;
- V – determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga.

Art. 24 – Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

- I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV – prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida. (Brasil, 2006).

Já em se tratando das medidas protetivas de urgência em desfavor do agressor, a Lei 11.340/2006, através do seu artigo de número 22, incisos e parágrafos subsequentes, veio a determinar que:

Art. 22 – Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor,

em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação;

e

VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (Brasil, 2006).

Nota-se, diante desta contextualização, que diversas medidas foram adotadas com o intuito de propiciar uma maior proteção para com as mulheres.

Vale salientar que, a Lei 13.641/2018 veio a tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência estabelecida pela autoridade judicial passando a dispor, por intermédio do artigo 24 A, previsão de pena de 03 meses a 02 anos de reclusão, podendo ainda ser conjugado nesta penalidade outros fatores penais aumentando ainda mais o tempo de cumprimento da infração. Deixando claro que o estabelecimento deste preceito penal tem como intuito central a de responsabilizar e punir aquele que tem medida protetiva em seu desfavor, tornando-se, conseqüentemente, um mecanismo de coibição da violência doméstica, garantindo assim o cumprimento de decisão judicial interposta.

Todavia, vale salientar que mesmo diante todas essas medidas protetivas de urgência a violência contra mulheres continuam ainda crescendo no país, conforme

estudos realizados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública datado no ano de 2022, notou-se um aumento de 0,6% dos números de agressões cometidas em desfavor das mulheres. Colocando um ponto de interrogação sobre a efetividade plena das medidas de proteção de urgência.

2.3 Aplicação do dano moral sobre a violência doméstica

Antes de mais nada convém realizar um breve contexto sobre o dano. Nessa senda, Rodrigues (2003) vem a tratar o dano como o ato que vem a violar um bem jurídico tutelado, seja ele considerado de natureza patrimonial e, neste caso, referindo-se a danos materiais e, como também, os de caráter moral. Diante disso, salienta-se que para que o prejuízo causado torne-se algo indenizável, é necessário que recaia sobre um bem certo e, sobretudo, que passe a violar os preceitos jurídicos dispostos. Fazendo com que a sua ausência o pedido de reparação não seja válido.

Diante desta conjuntura, salienta-se a existência, segundo Gagliano e Filho (2012), de três modalidades de danos, isto é, dos materiais recaindo este sobre o patrimônio da parte a sofrer a lesão.

Logo em seguida encontra-se os danos morais que segundo os autores supracitados acima vem a tratar-se de um dano que, diferentemente do dano material, recai sobre os bens extrapatrimoniais tutelados. Tanto é que a Constituinte de 1988, por intermédio do seu artigo 5º, incisos V e X passou a expor que:

Art. 5º - [...]

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (Brasil, 1988).

Mediante a esta exposição, Diniz (2020) leciona que a reparação a ser efetivada sobre o dano moral constitui-se de algo praticamente impossível de se mensurar em razão da dor causada pelo ato praticado corresponder a uma questão que não se consegue medir efetivamente. Fazendo com que o intuito do ato indenizatório em razão aos danos morais venha a se dar de maneira a amenizar os resultados provocados em face de uma pessoa.

Assim, enfatiza-se que mesmo diante desta classificação imposta aos danos, torna-se necessário que o prejuízo causado pela omissão ou comissão do agente venha a se dar de maneira grave, prejudicando significativamente o seu bem tutelado.

Salienta-se diante disso que, de acordo com Brandão (2022), os tribunais brasileiros passaram a reconhecer, com uma maior frequência, a importância de indenizar as vítimas de violência doméstica pelo dano moral sofrido. Fazendo com que, em suas decisões, os juízes levem em consideração diversos fatores, como a intensidade e a duração da violência, o grau de sofrimento da vítima e os impactos na sua vida pessoal e profissional.

Nessa senda, destaca-se que essas indenizações têm um duplo objetivo, ou seja, a de proporcionar à vítima, segundo Brandão (2022), um alívio financeiro que possa contribuir para sua recuperação e reabilitação, atuando, ao mesmo tempo, como um instrumento de dissuasão, desencorajando a prática de novos atos de violência.

Oliveira (2014) ressalta que além da reparação financeira, a condenação por dano moral também carrega um forte simbolismo, vindo ela a representar o reconhecimento pelo Estado e pela sociedade de que a violência doméstica constitui de um grave atentado aos direitos humanos e à dignidade da pessoa, merecendo uma resposta contundente e efetiva.

Em relação às decisões judiciais sobre este tema, cabe mencionar que a fixação do valor da indenização leva em conta a extensão do dano e a capacidade econômica do ofensor, conforme os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Dessa maneira, o ordenamento jurídico brasileiro busca não apenas reparar a vítima pelo sofrimento causado, mas também desencorajar novos atos de violência doméstica, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso com a dignidade humana.

Reparação por danos morais – extensão de dano e capacidade econômica do acusado

“(…) 3. Segundo a jurisprudência consolidada pelo STJ, em Recurso Especial representativo da controvérsia, em se tratando de crimes praticados no âmbito doméstico e familiar contra a mulher, é viável fixar reparação a título de dano moral, contanto que haja pedido expresso feito pela acusação ou pela vítima, devendo a fixação levar em conta a extensão do dano e a capacidade econômica do ofensor.”

Acórdão 1280957, 00020516720188070006, Relator: JESUINO RISSATO, Terceira Turma Criminal, data de julgamento: 3/9/2020, publicado no PJe: 14/9/2020.

Proporcionalidade e razoabilidade na fixação do "quantum"

“(…) 3. Mantem-se o valor da indenização fixada a título de danos morais quando este se encontra em conformidade aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.”

Acórdão 1276556, 07112954220198070006, Relator: CRUZ MACEDO, Primeira Turma Criminal, data de julgamento: 20/8/2020, publicado no PJe: 2/9/2020.

Evidenciando, desta forma, que a aplicação do dano moral decorrente de violência doméstica no Brasil vem a ser um avanço significativo na busca por justiça e na proteção dos direitos das vítimas pois, ao reconhecer e reparar o sofrimento causado, o sistema jurídico brasileiro não só proporciona um alívio às vítimas, mas também reafirma seu compromisso com a erradicação da violência e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Fazendo com que a evolução contínua dessa jurisprudência venha a ser essencial para assegurar que todas as vítimas de violência doméstica passem a receber a proteção e a reparação que merecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família tem papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, sendo ela incumbida de propiciar aos cidadãos as prerrogativas necessárias para o avanço comportamental aceito pelo meio social em que se vive.

Entretanto, a violência cometida em desfavor das entidades familiares insiste em fazer parte do cotidiano de milhares de famílias, lembrando que a violência doméstica pode ser praticada tanto por homens quanto por mulheres, em relações homoafetivas, por exemplo.

Assim, a violência doméstica, caracterizada por abusos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais ou morais, afeta profundamente as vítimas, causando-lhes sofrimento e prejuízos de diversas naturezas. Nesse contexto, a aplicação do dano moral decorrente de violência doméstica passou a ser um tema de extrema importância no direito brasileiro, refletindo um avanço na proteção dos direitos humanos e na promoção da justiça social.

Essa indenização, além de compensar o sofrimento das vítimas, possui uma função punitiva e pedagógica, isso em razão de impor a pessoa agressora a responsabilidade por seus atos, desestimulando a reincidência de comportamentos abusivos. No entanto, apesar dos avanços legais e do reconhecimento dos direitos das vítimas, muitos desafios ainda persistem na efetiva aplicação dessas reparações,

especialmente em razão de fatores culturais e sociais que dificultam a denúncia e o enfrentamento da violência doméstica.

Outro aspecto relevante vem a ser a importância da atuação do Judiciário no reconhecimento e na valoração adequada do dano moral em casos de violência doméstica. Embora haja jurisprudência consolidada nesse sentido, ainda se observa uma variabilidade nas decisões, o que pode afetar a sensação de justiça para as vítimas.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei 11.340/ 2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero.** São Paulo: Saraiva, 2018.

BRANDÃO, Ana Paula Cardoso. **Desafios do atendimento a mulheres em situação de violência doméstica.** 2022. Monografia (Graduação). Pontifícia Universidade de Goiás. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4781/1/MONOGRAFIA%20-%20-%20ANA%20PAULA%20CARDOSO.pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2024.

BRASIL. Planalto. **Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 08 de set. de 2024.

BRASIL. Planalto. **Lei 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 05 de jun. de 2024.

BRASIL. Planalto. **Lei n.º 13.641**, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113641.htm. Acesso em: 08 de set. de 2024.

COSTA, Sarah Batista Resende. Violência no âmbito familiar e a efetividade da Lei 11.340/2006. **Revista Jus Navigandi.** 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51496/violencia-no-ambito-familiar-e-a-efetividade-da-lei11-340-2006>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

CUNHA, Rogério Sanches. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha. Lei 11.340/2006.** Comentada artigo por artigo/Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto, 7º. ed. rev. atual. e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

DEEKE, Leila Platt; BOING, Antonio Fernando; OLIVEIRA, Walter Ferreira de; COLEHO, Elza Berger Salema. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde Sociedade**. 18 (2). 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XfD6n8JShSTtKH9bJdqQx7B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 de jun. de 2024.

DEMO, Pedro. **Introdução à Sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, 5º volume: Direito de Família**. 34º. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso De Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal II: parte especial**, arts. 121 a 234 CP. 35º. ed. rev. e. atual. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Amora Nogueira. **O dano moral decorrente de violência doméstica por lesão à dignidade da mulher**. 2014. Monografia (Graduação). Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5598/1/20953215.pdf>. Acesso em: 08 de jun. de 2024.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: lei 11.340/06 análises crítica e sistêmica**. Livraria do Advogado Editora, 2018.

RIOS, Roger Raupp. **O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: responsabilidade civil**. 20º. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. **Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Aletheia, n.º 34, Canoas. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000100009. Acesso em: 08 de set. de 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Acórdão 1280957**, 00020516720188070006, Relator: Jesuino Rissato, Terceira Turma Criminal, data de julgamento: 3/9/2020, publicado no PJe: 14/9/2020. **Acórdão 1276556**, 07112954220198070006, Relator: Cruz Macedo, Primeira Turma Criminal, data de julgamento: 20/8/2020, publicado no PJe: 2/9/2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/lei-maria-da->

penha-na-visao-do-tjdft/crimes-e-procedimentos/reparacao-por-danos-morais-a-vitima-de-violencia-domestica. Acesso em: 30/09/2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no AREsp 1495616/AM**. Relator: Min. Rogério Schietti Cruz. Brasília, DF: STJ, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/lei-maria-da-penha-na-visao-do-tjdft/crimes-e-procedimentos/relevancia-da-palavra-da-vitima>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Silenciosa e brutal, violência psicológica atinge milhares de mulheres no Brasil**. Texto: Ana Moura. Edição: Thaís Cieglinski. Agência CNJ de Notícias, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/silenciosa-e-brutal-violencia-psicologica-atinge-milhares-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 23 out. 2024.